

Objecto e âmbito do contrato

Nos termos, condições e exclusões do presente contrato e relativamente aos períodos, local e objectos seguros expressamente designados nas Condições Particulares, o Segurador obriga-se a indemnizar o Segurado ou o terceiro lesado, segundo a forma prevista nas Condições Gerais e Especiais da Apólice e consoante os limites e coberturas expressamente convencionados nas Condições Particulares.

Âmbito do risco

1. Através da respectiva Apólice, e de acordo com a especificação de garantias constantes nas Secções I e II das Condições Gerais da Apólice, o Tomador do seguro pode contratar as seguintes coberturas:

- Secção I — Danos Materiais:
 - Empreitada
 - Instalações Temporárias, Máquinas e Equipamentos Auxiliares de Construção
- Secção II — Responsabilidade Civil Extracontratual

2. Não é permitida a contratação da cobertura de Responsabilidade Civil extracontratual (Secção II) sem que, por esta Apólice, fiquem também seguros os riscos de Danos Materiais (Secção I).

Âmbito de cobertura

1. Secção I — Danos Materiais: Empreitada

1.1. Salvo convenção em contrário expressa nas Condições Particulares, o Segurador garante ao Segurado, até ao limite do valor estabelecido nas Condições Particulares, a indemnização por quaisquer perdas e danos materiais súbitos e imprevistos verificados nos bens seguros, seja qual for a causa, com excepção das abrangidas pelas exclusões gerais, especiais e relativas (quando não contratada a respectiva Condição Especiais) durante o período e no local de risco designado nas Condições Particulares, e desde que obriguem à reparação e substituição dos referidos bens.

Parágrafo único — Para efeitos deste número, entende-se por danos materiais toda e qualquer deterioração ou destruição física visível dos bens objecto do seguro.

1.2. Salvo convenção em contrário, com excepção dos riscos expressamente excluídos, a cobertura base deste seguro garante, durante o período de cons-

trução, todas as perdas e danos verificados nos bens seguros, nomeadamente em consequência directa de:

- a) acções mecânicas exteriores, provenham estas de bens integrantes da própria montagem, da maquinaria e/ou equipamento utilizado, dos edifícios que o albergam ou ainda de objectos estranhos e/ou alheios à montagem, sempre e quando estas acções tenham actuado de forma súbita e imprevista;
- b) erros durante a montagem;
- c) curto-circuito, sobretensão, formação de arcos voltaicos e fenómenos similares produzidos pela energia eléctrica;
- d) forças centrífugas;
- e) incêndio, queda de raio e explosão;
- f) aluimentos de terras e derrocadas, desmoronamentos ou deslizamentos de terrenos;
- g) queda ou estampido de aviões ou outros engenhos voadores ou objectos deles caídos ou aliçados;
- h) danos por água;
- i) roubo ou furto ou tentativa de tais actos;
- j) queda de partes da empreitada;
- k) colapso total ou parcial da empreitada;
- l) defeitos de material e de mão-de-obra;
- m) trabalhos defeituosos devidos a imperícia ou negligência do pessoal do Segurado;
- n) fenómenos da Natureza, nomeadamente inundações, enxurradas, ciclones, furacões ou tempestades.

Parágrafo único — Ficam expressamente excluídos da cobertura base desta Apólice os riscos de Fenómenos Sísmicos, salvo se contratada a respectiva Condição Especial.

1.3. Ficam igualmente cobertas as perdas e danos ocorridos durante as operações de colocação em funcionamento e testes de operação dos bens objecto do seguro, durante o período máximo de 4 semanas, incluídas no período de montagem.

2. Secção I — Danos Materiais: Instalações Temporárias, Máquinas e Equipamentos Auxiliares de Construção

Salvo convenção em contrário expressa nas Condições Particulares, o Segurador garante ao Segurado, até ao limite do valor estabelecido nas Condições Particulares, a indemnização por quaisquer perdas e danos materiais de origem externa, súbitos e imprevistos verificados nos bens seguros, com excepção das abrangidas pelas exclusões gerais, especiais e relativas (quando não contratada a respectiva Condição Especiais) durante o período e no local de risco designado nas Condições

Particulares, e desde que obriguem á reparação e substituição dos referidos bens, nomeadamente em consequência de:

- a) incêndio, queda de raio e explosão;
- b) choque, colisão, capotamento e descarrilamento;
- c) queda ou estampido de aviões ou outros engenhos voadores ou objectos deles caídos ou alijados;
- d) aluimentos de terras e derrocadas, desmoronamentos ou deslizamentos de terrenos;
- e) queda de partes da empreitada;
- f) colapso total ou parcial da empreitada;
- g) danos por água;
- h) erros de manobra, imperícia ou negligência do operador, manobrador ou condutor;
- i) roubo, furto ou tentativa de tais actos;
- j) acidentes que ocorram durante a montagem, desmontagem e transferência dos bens seguros dentro do local do risco;
- k) fenómenos da Natureza, nomeadamente inundações, enxurradas, ciclones, furacões ou tempestades.

Parágrafo único — Ficam expressamente excluídos desta cobertura os riscos de Fenómenos Sísmicos, salvo se contratada a respectiva Condição Especial.

3. Secção II — Responsabilidade Civil extracontratual

O Segurador garante, mediante convenção expressa na Apólice, o pagamento das indemnizações legalmente exigíveis ao Segurado, a título de responsabilidade civil extracontratual, em consequência de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros por acidentes directamente relacionados com a execução dos trabalhos objecto do seguro e ocorridos no local do risco ou nos locais imediatamente contíguos.

A responsabilidade do Segurador não poderá exceder, em caso algum, os valores fixados nas Condições Particulares, ou os que se vierem a fixar, posteriormente, através de acta adicional, seja qual for o número de lesados por sinistro.

Coberturas complementares

1. Secção I — Danos Materiais: Empreitada

Podem ainda ser contratadas, mediante o pagamento do respectivo sobreprémio e de acordo com a respectiva Condição Especial, as seguintes coberturas:

- Greves, tumultos e alterações da ordem pública;
- Gastos extraordinários;
- Frete aéreo;
- Honorários de Arquitectos e Engenheiros consultores;
- Fenómenos Sísmicos;
- Demolição, Desaterro e Remoção de Escombros;
- Consequências de Erros de Projecto, Desenho ou Cálculo;
- Período de Manutenção Limitada;
- Período de Manutenção Ampla;
- Garantia;
- Projectos de Construção/Montagem;
- Perdas e danos em bens existentes e/ou contíguos propriedade do Segurado.

Outras Condições Especiais:

- Programa de Trabalhos;
- Medidas de Segurança;
- Período de 72 horas;
- Perigos Iminentes;
- Prevenção de incêndio no local da empreitada.

2. Secção I — Danos Materiais: Instalações Temporárias, Máquinas e Equipamentos Auxiliares de Construção

Podem ainda ser contratadas, mediante o pagamento do respectivo sobreprémio e de acordo com a respectiva Condição Especial, as seguintes coberturas:

- Gastos extraordinários emergentes de horas extraordinárias, trabalho nocturno, trabalho em dias feriados e domingos e frete expresso;
- Gastos extraordinários emergentes de frete aéreo.

3. Secção II — Responsabilidade civil extracontratual

Podem ainda ser contratadas, mediante o pagamento do respectivo sobreprémio e de acordo com a respectiva Condição Especial, as seguintes coberturas:

- Bens existentes e/ou contíguos propriedade de terceiros;
- Vibrações, utilização de explosivos, alterações do nível freático, remoção ou enfraquecimento de fundações ou suportes;
- Responsabilidade civil cruzada;
- Responsabilidade civil no período de manutenção.

Exclusões e limitações das coberturas

Exclusões gerais

1. Sem prejuízo das exclusões especiais e relativas das Secções I e II e do disposto nas Condições Especiais, quando expressamente contratadas, o Segurador não garante em caso algum:

- a) perdas e danos que resultem directa ou indirectamente de actos dolosos ou manifesta negligência do Segurado e/ou do Locador, seus representantes, empregados ou assalariados;
- b) perdas e danos que resultem directa ou indirectamente de actos ou omissões dolosos praticados por familiares do Segurado ou por qualquer pessoa que com ele coabite;
- c) perdas e danos que resultem directa ou indirectamente de actos ou omissões dolosos de terceiros;
- d) perdas e danos que resultem directa ou indirectamente de actos que sejam contrários às regras de engenharia ou à legislação em vigor;
- e) danos já existentes à data de celebração do contrato e que eram ou deviam ser do conhecimento do Segurado, dos seus administradores ou gerentes, ou dos responsáveis pela direcção técnica, e dolosamente omitidos ao Segurador;
- f) perdas e danos indirectos, nomeadamente lucros cessantes de qualquer natureza;
- g) perdas e danos por suspensão ou cessação dos trabalhos, assim como toda a espécie de perdas e danos não patrimoniais, incluindo multas ou encar-

gos de idêntica natureza, penalidades, qualquer tipo de sanções, perdas de contratos ou paralisações;

- h) perdas e danos directos ou indirectos sofridos e/ou causados em consequência de processos ou armas nucleares ou radioactividade;
- i) perdas e danos que resultem directa e/ou indirectamente de:
 - expropriação, nacionalização, apreensão ou requisição;
 - privação de uso;
 - penalizações por atrasos de entrega de trabalhos, anulações de contratos, modificações ou rectificações nos mesmos;
- j) perdas, danos, despesa ou responsabilidade por actos de guerra (declarada ou não), invasão, guerra civil, lei marcial, revolução, rebelião, insurreição, motins, comoções civis, actos de terrorismo, vandalismo, maliciosos ou de sabotagem, pilhagem, usurpação do poder militar ou civil, confiscação, requisição, destruição ou danos produzidos nos bens seguros por ordem do Governo “de jure” ou “de facto” ou de qualquer autoridade pública.

2. Salvo convenção expressa em contrário, mediante a contratação da Condição Especial 01, ficam igualmente excluídos as perdas e danos que resultem directa ou indirectamente de Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública.

3. No caso de ocorrência eventualmente a coberto desta Apólice, verificada em simultâneo com qualquer dos acontecimentos excluídos na alínea j) do n.º 1 e no n.º 2 do presente título, para que o Segurador seja responsável, compete ao Segurado provar que a ocorrência não teve relação directa ou indirecta com tais acontecimentos.

Exclusões da Secção I — Danos materiais: Empreitada

1. Exclusões especiais — Além das exclusões gerais, não ficam garantidos por esta cobertura:

- perdas e danos causados por qualquer falha ou defeito já existente à data de celebração do contrato de seguro e dolosamente omitidos ao Segurador;
- perdas e danos pelos quais um terceiro, nomeadamente projectista, arquitecto, fabricante ou representante seja legal ou contratualmente responsável;
- perdas e danos causados por corrosão, erosão, cavitação, ferrugem, incrustação, oxidação ou deterioração devidas à falta de uso ou a condições atmosféricas;
- perdas e danos devidos a alterações das propriedades químicas, mecânicas e físicas dos materiais utilizados em virtude da acção contínua de agentes externos, nomeadamente influência das condições atmosféricas, utilização normal ou desgaste;
- despesas com a eliminação ou reparação de defeitos estéticos;
- despesas com a substituição de material defeituoso, rectificação de defeitos de construção ou má execução dos trabalhos (vício próprio de materiais ou mão-de-obra);

Parágrafo único — Esta exclusão aplica-se unicamente à parte ou partes da empreitada directamente afectadas estando, no entanto, garantidas as consequências de um acidente que tenha origem em qualquer das causas mencionadas neste número.

- despesas com rectificação de erros ou defeitos verificados em plantas, desenhos, cálculos e outras peças desenhadas ou escritas;
- perda e destruição de moedas e notas de banco, títulos de todo o género, cheques, letras, planos, escrituras, facturas, recibos e quaisquer outros valores e documentos similares;
- perdas e danos, deteriorações ou desaparecimentos constatados ao efectuar-se um inventário ou revisão periódica ou ocasional;
- qualquer sinistro que, segundo os termos do contrato de execução da empreitada, não seja imputável ao Segurado e, portanto, este não tenha a obrigação de indemnizar;
- despesas efectuadas com a manutenção dos bens objecto do seguro;
- perdas e danos descobertos ao desembalar os materiais objecto do seguro e que não possam ser atribuíveis a acidente no local do risco;
- perdas e danos em máquinas ou equipamentos que, sendo objecto de montagem, já tenham uso anterior (salvo consentimento prévio do Segurador);
- perdas e danos em refractários, catalisadores, massas de contacto e porcelanas de processo, durante os testes e período de arranque experimental;
- perdas e danos sofridos pelos bens objecto do seguro em consequência de acidentes provocados por:
 - i. veículos de propulsão mecânica com necessidade de licença para circular em vias públicas;
 - ii. naves aéreas e embarcações;
 - iii. material ferroviário circulante;
 - iv. veículos seguros por Apólice específica de automóveis ou outro contrato de seguro.

Parágrafo único — Esta exclusão não se aplica a máquinas e equipamentos auxiliares de construção a laborar na empreitada objecto do seguro.

- despesas efectuadas com a pesquisa de defeitos, com a rectificação de erros de planta, para colocar os bens objecto do seguro em conformidade com as especificações técnicas do mercado e do caderno de encargos ou para melhorar ou aperfeiçoar os bens objecto do seguro;
- despesas efectuadas com a reparação de danos que os conhecimentos da técnica em Portugal fizessem antecipadamente prever;
- despesas efectuadas com quaisquer modificações, melhorias ou revisões ordenadas pelo Segurado no decurso de uma reparação resultante de um risco coberto.

2. Exclusões relativas

2.1. Salvo se tiver sido contratada a respectiva Condição Especial, mediante convenção expressa nas Condições Particulares, o Segurador não garante:

- a) gastos extraordinários emergentes de horas extraordinárias, trabalho nocturno, trabalho em dias feriados e domingos e frete expresso (Condição Especial 02);
- b) gastos extraordinários emergentes de frete aéreo (Condição Especial 03);
- c) gastos extraordinários com honorários de Arquitectos e Engenheiros consultores (Condição Especial 04);
- d) perdas e danos resultantes de Fenómenos Sísmicos (Condição Especial 05);
- e) despesas resultantes de trabalhos de Demolição, Desaterro e Remoção de Escombros (Condição Especial 06);
- f) consequências de Erros de Projecto, Desenho ou Cálculo (Condição Especial 07);
- g) perdas e danos ocorridos no período de Manutenção Limitada (Condição Especial 08);
- h) perdas e danos ocorridos no período de Manutenção Ampla (Condição Especial 09);
- i) perdas e danos ocorridos no período de Garantia (Condição Especial 10);
- j) perdas e danos verificados em Projectos de Construção/Montagem (Condição Especial 11);
- k) perdas e danos em bens existentes e/ou contíguos propriedade do Segurado (Condição Especial 12).

2.2. Mediante convenção expressa nas Condições Particulares, poderão ainda ser aplicáveis as seguintes Condições Especiais:

- a) Programa de Trabalhos (Condição Especial 13);
- b) Medidas de Segurança (Condição Especial 17);
- c) Período de 72 horas (Condição Especial 18);
- d) Perigos Iminentes (Condição Especial 19);
- e) Prevenção de incêndio no local da empreitada (Condição Especial 20).

2.3. Mediante convenção expressa nas Condições Particulares, e nos termos das respectivas Condições Especiais, poderão ficar excluídos os seguintes riscos:

- a) Cheias, inundações e ventos ciclónicos (Condição Especial 18);
- b) Furto ou Roubo (Condição Especial 19).

Exclusões relativas da Secção I — Instalações Temporárias, Máquinas e Equipamentos Auxiliares

1. Além das exclusões gerais, não ficam garantidos por esta cobertura:

- perdas e danos em veículos motorizados desenhados exclusivamente para circular em vias públicas, tais como automóveis, camiões, camionetas ou similares destinados ao transporte de passageiros ou mercadorias;
- perdas e danos em veículos sujeitos à obrigação de segurar nos termos da lei do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel;
- perdas e danos em embarcações e qualquer outro equipamento flutuante;
- perdas e danos em máquinas, equipamentos ou materiais de construção que se instalem em qualquer edifício ou estrutura para formar parte definitiva dos mesmos;

- perdas e danos em catalisadores e produtos inerentes à laboração, nomeadamente combustíveis, produtos químicos, substâncias de filtragem, produtos de limpeza e lubrificantes, meios refrigerantes ou outros meios de operação;
- perdas e danos em peças, ferramentas ou acessórios permutáveis, substituíveis ou sujeitos a desgaste, tais como bandas e correias de transmissão de toda a espécie, correntes e cabos de aço, telas transportadoras ou elevadoras, brocas, cortantes, lâminas e folhas de serra, formas, moldes, matrizes, cunhos, punções, revestimentos ou gravações em cilindros e rolos, órgãos destinados a moer, fracturar ou triturar materiais, filtros, peneiras, crivos, tubos flexíveis e juntas, cabos eléctricos, anéis de borracha, molas, anilhas, velas, escovas, baterias, pneus, juntas substituíveis regularmente e em geral todo e qualquer objecto sujeito a desgaste e/ou consumo rápido, bem como objectos de vidro, cerâmica e porcelana, incluindo materiais refractários;
- perdas e danos, deteriorações ou desaparecimentos constatados ao efectuar-se um inventário ou revisão periódica ou ocasional;
- perdas e danos pelos quais um terceiro, nomeadamente projectista, fabricante, representante, fornecedor ou montador, seja legal ou contratualmente responsável;
- perdas e danos causados por desgaste, deterioração ou deformação em consequência de uso ou funcionamento normal;
- corrosão, erosão, cavitação, ferrugem, incrustação, oxidação ou deterioração devidas à falta de uso ou a condições atmosféricas;
- riscos ou ranhuras em superfícies pintadas, polidas ou envernizadas (excepto quando sejam consequência de danos cobertos pela Apólice);
- as despesas efectuadas com a manutenção dos bens seguros (esta exclusão aplica-se igualmente às partes substituíveis no decurso de tais operações de manutenção);
- as despesas efectuadas com quaisquer modificações, melhorias ou revisões ordenadas pelo Segurado no decurso de uma reparação resultante de um risco coberto;
- as despesas em que incorra o Segurado com o objectivo de eliminar falhas operacionais, a menos que essas falhas tenham sido causadas por perdas e danos ocorridos nos bens seguros e indemnizáveis por esta Apólice;
- perdas e danos em consequência de submersão total ou parcial devida ao movimento normal de marés;
- perdas e danos ocorridos durante testes de funcionamento e provas de arranque;
- sinistros que possam ser atribuíveis à falta de manutenção recomendada pelos fabricantes ou fornecedores dos bens seguros, ou, na falta expressa desta, aquela que minimamente deveria ser assegurada pelo Segurado a fim de manter os bens seguros em bom estado de conservação;
- perdas e danos em consequência do congelamento de líquidos lubrificantes ou outros, lubrificação deficiente, falta de óleo ou líquido descongelador;
- avarias mecânicas e/ou eléctricas, incluindo explosão, sofridas pelos bens seguros e seus acessórios;

- perdas e danos causados por sobrecargas intencionais ou quaisquer experiências ou ensaios que envolvam condições anormais de trabalho, com excepção dos actos tendentes a verificar a correcta laboração dos bens seguros ou dos respectivos dispositivos de segurança;
- perdas e danos ocorridos nos bens seguros quando utilizados fora do âmbito para o qual foram construídos;
- perdas e danos ocorridos nos bens seguros em consequência da sua utilização ou condução por pessoas não devidamente habilitadas para o efeito;
- perdas e danos directamente resultantes de acidentes ocorridos na via pública.

2. Salvo se tiver sido contratada a respectiva Condição Especial, mediante convenção expressa nas Condições Particulares, o Segurador não garante:

- gastos extraordinários emergentes de horas extraordinárias, trabalho nocturno, trabalho em dias feriados e domingos e frete expresso (Condição Especial 02);
- gastos extraordinários emergentes de frete aéreo (Condição Especial 03).

Exclusões especiais da Secção II — Responsabilidade Civil extracontratual

1. Ficam sempre excluídos da garantia de Responsabilidade Civil deste contrato os danos:

- causados a bens ou objectos de terceiros que estejam confiados ao Segurado, ao dono da obra ou a outras firmas que trabalhem no local da montagem para guarda, custódia, vigilância, utilização, trabalho ou outro fim;
- causados a bens pertencentes a empregados, assalariados ou mandatários do Segurado, do dono da obra ou de outras firmas que trabalhem no local da montagem;
- causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Segurado, do dono da obra ou de outras firmas que trabalhem no local da montagem;
- causados aos sócios, gerentes e legais representantes do Segurado;
- causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao(s) seu(s) cônjuge(s), ascendentes e descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;
- causados por quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato quando se encontrem em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes, drogas ou produtos tóxicos;
- decorrentes de responsabilidade civil contratual, entendendo-se por tal a que recaia sobre o Segurado pelas estipulações de qualquer contrato, seja escrito, verbal ou tácito;
- que a natureza ou modo de execução dos trabalhos fizesse antecipadamente prever;
- decorrentes de erros ou deficiências de concepção de projecto, de desenho ou de cálculo;
- causados aos trabalhos provisórios ou definitivos de construção ou a materiais, equipamentos, estru-

- turas ou outros bens a incorporar definitivamente na construção, incluindo as instalações e equipamentos auxiliares da construção propriedade do Segurado e, em geral, a qualquer bem seguro ou segurável através de Danos Materiais (Secção I do Capítulo II das Condições Gerais da Apólice);
- causados a cabos, canalizações ou quaisquer outras instalações subterrâneas quando o Segurado, antes do início dos trabalhos, não se tiver certificado da exacta localização e distribuição de tais cabos, canalizações ou instalações subterrâneas junto dos organismos ou entidades competentes;
- causados a bens existentes e/ou contíguos propriedade do dono da obra/empreiteiros;
- causados a aparelhos de navegação aérea e embarcações e seus ocupantes;
- causados a material ferroviário circulante e seus ocupantes;
- causados a qualquer classe de veículos, máquinas ou equipamentos não admitidos à circulação nas vias públicas e cujo uso esteja limitado aos lugares onde o Segurado executa os seus trabalhos;
- causados por qualquer classe de veículos, máquinas ou equipamentos relativamente aos quais as disposições legais vigentes tenham estabelecido o seguro de responsabilidade civil com carácter obrigatório;
- causados por circulação de qualquer classe de veículos, máquinas ou equipamentos na via pública;
- causados a culturas, bosques, florestas e/ou outros terrenos cultivados durante a execução dos trabalhos seguros;
- causados pela alteração do meio ambiente, em particular os causados directa ou indirectamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou da atmosfera;
- causados por alteração das características do solo;
- causados pelo impedimento de utilização de vias de acesso;
- consistentes em perdas indirectas de qualquer natureza, lucros cessantes e paralisações.

2. Salvo se tiver sido contratada a respectiva Condição Especial, mediante convenção expressa nas Condições Particulares, o Segurador não garante:

- lesões materiais causadas a bens existentes e/ou contíguos propriedade de terceiros (Condição Especial 20);
- lesões materiais causadas por vibrações, utilização de explosivos, alterações do nível freático, remoção ou enfraquecimento de fundações ou suportes (Condição Especial 21);
- responsabilidade civil cruzada (Condição Especial 22);
- responsabilidade civil no período de manutenção (Condição Especial 23).

Declaração inicial do risco

O Tomador do seguro ou o Segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exactidão todas as circunstâncias que conheçam e razoavelmente devam ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador, ainda que não lhes seja solicitado em questionário.

Omissões ou inexactidões dolosas

Em caso de incumprimento doloso do dever referido na declaração inicial do risco, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo Segurador ao Tomador do seguro.

Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no parágrafo anterior deve ser enviada no prazo de 3 meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

O Segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso ou no decurso do prazo previsto no parágrafo anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

O Segurador tem direito ao prémio devido até ao final dos 3 meses, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira do Segurador ou do seu representante.

Em caso de dolo do Tomador do seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

Omissões ou inexactidões negligentes

Em caso de incumprimento com negligência do dever referido na declaração inicial do risco, o Segurador pode, mediante declaração a enviar ao Tomador do seguro, no prazo de 3 meses a contar do seu conhecimento:

- a) propor uma alteração do contrato de seguro, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;
- b) fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexactamente.

O contrato de seguro cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a recepção pelo Tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

No caso referido no parágrafo anterior, o prémio é devolvido “pro rata temporis” (proporcionalmente ao período de tempo não decorrido até ao vencimento do contrato) atendendo à cobertura havida.

Se, antes da cessação ou da alteração do contrato de seguro, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexactidões negligentes:

- a) o Segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente;
- b) o Segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato de seguro se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

Valor total do prémio ou método de cálculo

O valor total do prémio será o que consta na simulação/ cotação efectuada para o caso concreto.

Modalidades de pagamento do prémio

O prémio pode ser único ou fraccionado e deverá ser pago pela forma e no lugar indicados pelo Segurador. O prémio inicial ou a primeira fracção deste é devido na data de celebração do contrato e os prémios subsequentes ou fracções nas datas indicadas no contrato de seguro.

O pagamento do prémio por cheque fica subordinado à condição da sua boa cobrança e, verificada esta, considera-se feito na data da recepção daquele.

O pagamento por débito em conta fica subordinado à condição da não anulação posterior do débito por retractação do autor do pagamento no quadro de legislação especial que a permita.

A falta de cobrança do cheque ou a anulação do débito equivale à falta de pagamento do prémio, sem prejuízo do disposto nas Condições Gerais da Apólice.

A dívida de prémio pode ainda ser extinta por compensação com crédito reconhecido, exigível e líquido até ao montante a compensar, mediante declaração de uma das partes à outra, desde que se verifiquem os demais requisitos da compensação.

Consequências da falta de pagamento do prémio

A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fracção deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.

A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fracção deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.

A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:

- a) uma fracção do prémio no decurso de uma anuidade;
- b) um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
- c) um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.

O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

Montante máximo do capital em cada período de vigência do contrato

O montante máximo do capital em cada período de vigência do contrato consta da respectiva proposta de seguro.

Duração e cessação do contrato

1. O contrato de seguro tem a duração prevista na Apólice.

2. Quando for celebrado por um período de tempo determinado, os efeitos do contrato cessam conforme a seguir estipulado:

2.1. Período de Construção

- a) a responsabilidade do Segurador começa às 0 (zero) horas e termina às 24 (vinte e quatro) horas nas datas fixadas nas Condições Particulares. Os bens transportados para o local da obra para a execução dos trabalhos ficam seguros a partir do momento em que as operações de descarga estejam terminadas;
- b) a responsabilidade do Segurador terminará, entretanto, antes da data fixada nas Condições Particulares, para o todo ou parte da obra segura, no momento em que aconteça um dos seguintes factos:
 - b1) entrada em serviço da obra;
 - b2) recepção provisória formal ou de facto;
 - b3) tomada de posse por parte do dono da obra;
- c) caso existam recepções parciais, as garantias desta Apólice são extensíveis às perdas e danos sofridos pelas partes da obra segura que já foram recepcionadas ou entraram em serviço, unicamente se estas perdas e danos resultarem da execução dos restantes trabalhos ainda não recepcionados ou postos em serviço.

2.2. Período de Manutenção

No caso de este contrato abranger a cobertura de um Período de Manutenção, o mesmo iniciar-se-á e terminará nas datas indicadas nas Condições Particulares, a menos que se verifique um dos eventos constantes da alínea b) do número anterior, em cujo caso o Período de Manutenção entrará em vigor automaticamente.

Parágrafo único — Para as partes da obra recepcionadas parcialmente, o Período de Manutenção começa automaticamente na data da recepção parcial.

3. Qualquer prorrogação aos períodos seguros só será efectiva após anuência do Segurador, por escrito, ficando o Tomador do seguro obrigado a pagar o sobreprémio correspondente.
4. Considera-se como único contrato aquele que seja objecto de prorrogação.
5. Salvo convenção expressa em contrário nas Condições Particulares, as garantias da presente Apólice terminarão imediatamente após interrupção dos trabalhos, por qualquer causa, por período superior a 1 mês.

Caducidade

O contrato de seguro caduca nos termos gerais, nomeadamente no termo do período de vigência estipulado.

O contrato de seguro caduca na eventualidade de superveniente perda do interesse ou de extinção do risco e sempre que se verifique o pagamento da totalidade do capital seguro para o período de vigência do contrato sem que se encontre prevista a reposição desse capital.

Cessação por acordo

O Segurador e o Tomador do seguro podem, por acordo, a todo o tempo, fazer cessar o contrato de seguro.

Não coincidindo o Tomador do seguro com o Segurado identificado na Apólice, a revogação carece do consentimento deste.

Denúncia

O contrato de seguro celebrado por um ano e seguintes pode ser livremente denunciado por qualquer das partes para obviar à sua prorrogação.

A denúncia deve ser feita por declaração escrita enviada ao destinatário com uma antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da prorrogação do contrato.

Resolução por justa causa

O contrato de seguro pode ser resolvido por qualquer das partes a todo o tempo, havendo justa causa, nos termos gerais.

Livre resolução nos contratos celebrados à distância

Nos contratos de seguro celebrados à distância, o Tomador do seguro, sendo pessoa singular, pode resolver o contrato sem invocar justa causa nos 14 dias imediatos à data da recepção da Apólice.

O prazo previsto no parágrafo anterior conta-se a partir da data da celebração do contrato, desde que o Tomador do seguro, nessa data, disponha, em papel ou noutro suporte duradouro, de todas as informações relevantes sobre o seguro que tenham de constar da Apólice.

A livre resolução de contrato de seguro celebrado à distância não se aplica a seguros com prazo de duração inferior a 1 mês.

A resolução do contrato deve ser comunicada ao Segurador por escrito, em suporte de papel ou outro meio duradouro disponível e acessível ao Segurador.

Em caso de livre resolução de contrato de seguro celebrado à distância, o Segurador apenas tem direito ao valor do prémio no caso de início de cobertura do seguro antes do termo do prazo de livre resolução do contrato a pedido do Tomador do seguro.

Regime de transmissão do contrato de seguro

O Tomador do seguro tem a faculdade de transmitir a sua posição contratual nos termos gerais, sem necessidade de consentimento do Segurado.

Salvo disposição legal em contrário, em caso de transmissão do bem seguro, sendo Segurado o Tomador do seguro, o contrato de seguro transmite-se para o adquirente, mas a transferência só produz efeito depois de notificada ao Segurador.

Salvo disposição legal em contrário, em caso de transmissão do bem seguro por parte de Segurado determinado transmite-se a posição de Segurado para o adquirente, sem prejuízo do regime de agravamento do risco, previsto nas Condições Gerais.

Verificada a transmissão da posição do Tomador do seguro, o adquirente e o Segurador podem fazer cessar o contrato de seguro nos termos gerais.

A transmissão da empresa ou do estabelecimento determina a transferência para o adquirente dos seguros associados a essa unidade económica, no termos previsto nos parágrafos 2.º e 3.º do presente título.

O alienante é responsável pelo pagamento do prémio vencido no período em curso aquando da venda ou transmissão, ficando exonerado do pagamento dos prémios respeitantes a períodos anteriores, a menos que não cumpra o dever de informação a que se refere o parágrafo 2.º do presente título.

No caso de falência ou insolvência do Segurado, a responsabilidade do Segurador subsistirá para com a massa falida, nas mesmas condições, pelo prazo de 60 dias. Decorrido este prazo, a garantia do seguro cessará, salvo se o Segurador, na Apólice, tiver admitido o respectivo averbamento.

Se a transmissão da propriedade dos bens se verificar por falecimento do Segurado, a responsabilidade do Segurador subsistirá para com os herdeiros enquanto forem pagos os respectivos prémios.

Como recebe a documentação do contrato?

A documentação referente a este e a todos os contratos actualmente em vigor do Tomador do seguro será disponibilizada, em suporte digital, na Área de Cliente, acessível em www.ageas.pt, sendo avisado, sempre que sejam disponibilizados novos documentos, por mensagem enviada para o e-mail indicado na Proposta.

Caso o Tomador do seguro pretenda, adicionalmente, receber uma cópia da documentação em papel, via CTT, deverá assinalar essa opção na Proposta.

Acesso a dados pessoais

De acordo com a legislação em vigor, os dados recolhidos para a celebração do contrato de seguro, bem como aqueles que vierem a ser fornecidos aquando da participação de um sinistro, serão processados e armazenados informaticamente, sendo utilizados nas relações pré-contratuais, contratuais e comerciais com a Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A. e pelos seus subcontratados. As omissões, inexactidões e falsidades, quer no que respeita a dados de fornecimento obrigatório, quer facultativo, são da responsabilidade do

Tomador do seguro e do Segurado. Os titulares dos dados têm livre acesso aos seus dados pessoais, desde que o solicitem por escrito junto do Segurador, podendo solicitar a sua correcção, aditamento ou eliminação, nos termos da Lei.

Os registos magnéticos das chamadas telefónicas que vierem a ser autorizadas pelo Tomador do seguro e/ou pelo Segurado poderão ser utilizadas pela Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A., no âmbito da relação contratual que vier a ser estabelecida, e bem assim para quaisquer fins lícitos, nomeadamente para execução dos serviços contratados, para melhoramento e controlo dos mesmos e como meio de prova.

Mediante autorização do Tomador do seguro e/ou do Segurado manifestada na Proposta, a Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A., poderá permitir o tratamento dos dados pessoais recolhidos, sob regime de absoluta confidencialidade e desde que compatível com as finalidades da recolha dos mesmos, às empresas que integram o Grupo Ageas.

Reclamações

Sem prejuízo do recurso aos tribunais, o Tomador do seguro e/ou o Segurado podem apresentar reclamações decorrentes da interpretação ou aplicação do presente contrato ao departamento responsável pela gestão de reclamações do Segurador, ao Provedor do Cliente ou à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, nos termos das suas competências legais.

Arbitragem

Os litígios emergentes de validade, interpretação, execução e incumprimento do contrato de seguro podem ser dirimidos por via arbitral ou pela via judicial.

Lei aplicável e foro

Salvo convenção em contrário nas Condições Particulares, é aplicável ao contrato a Lei portuguesa.

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na Lei Civil.

Esta informação não dispensa a consulta e a leitura das Condições Gerais e Especiais, com a qual deve ser complementada.